

PEDIDO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL

01 IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE									
1	Nome								
2	NIF /NIFC								
3	Endereço / Sede								
4	Número		5	Lote/andar		6	C. postal		
7	Distrito		8	Município		9	Freguesia		
10	Doc. Identif.	<input type="checkbox"/> - B.I. <input type="checkbox"/> - C.C. <input type="checkbox"/> - T.R		11	Número		12	Validade	
13	Telefone						14	Telemóvel	
15	Email								
02 IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO									
1	Tipo solicitação	PEDIDO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO OU INSTALAÇÃO (NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 5.º DO DL 165/2014 DE 05/11)							
NA QUALIDADE DE:									
2	<input type="checkbox"/> - Município <input type="checkbox"/> - Outro		Se 'outro', indicar qual:						
03 INFORMAÇÃO DA PRETENSÃO E LOCALIZAÇÃO DA EDIFICAÇÃO									
1	Vem requerer a V. Exª o reconhecimento do interesse público municipal, devidamente fundamentado, na regularização do seu:					<input type="checkbox"/> - Estabelecimento <input type="checkbox"/> - Instalação			
2	Endereço								
3	Sítio / lugar								
4	Freguesia								
5	Processo nº								
<input checked="" type="checkbox"/> - Declaro que cumpre com as condições fixadas no âmbito (artº 2º) do regime de regularização de estabelecimentos e explorações , aprovado pelo DL 165/2014 de 5 de novembro.									
04 OBSERVAÇÕES / NOTAS									
TODAS AS FOTOCÓPIAS OU IMPRESSÕES DE DOCUMENTOS A SEREM EFETUADAS NOS SERVIÇOS SERÃO COBRADAS, CONFORME PREVISTO NA TABELA GERAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS. AS FALSAS DECLARAÇÕES OU INFORMAÇÕES PRESTADAS NO SEU PREENCHIMENTO, INTEGRAM O CRIME DE FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 256º DO CÓDIGO PENAL.									
05 O REQUERENTE									
1	Assinatura					2	Data		